

Globethics Repository



Tendências da economia mundial e perspectivas da América Latina [Trends in the world economy and prospects for Latin America]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Martins,Carlos Eduardo
Publisher	Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
Rights	Creative Commons Copyright (CC 2.5)
Download date	2026-09-09 16:19:32
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/154629

Tendências da economia mundial e perspectivas da América Latina

Carlos Eduardo Martins

Resumen

En el período de crecimiento de largo plazo, iniciado en 1994, se produjeron ciertas modificaciones en el mundo contemporáneo: el desplazamiento del eje económico a Asia del Este y las potencias regionales, el predominio de la multipolaridad, la crisis del neoliberalismo y de la división del trabajo del colonialismo y la intervención del Estado en la economía. En ese marco, se abren oportunidades para las fuerzas sociales latinoamericanas y dos opciones gubernamentales: un nacionalismo revolucionario y un enfoque gradualista. El autor hace un balance de este proceso y plantea qué medidas políticas son necesarias para la integración regional, en puja por redefinir la inserción subcontinental en el mercado mundial.

Abstract

In the long-term period of growth, initiated in 1994, certain changes occurred in the contemporary world: the displacement of the economic axis to East Asia and the Regional Powers, the predominance of multi-polarity, the crisis of Neoliberalism and the division of labour of colonialism and the intervention of the State in economy. In this context, opportunities for the Latin American social forces and two governmental options are opened: a revolutionary nationalism and a gradualist approach. The author does a balance of this process and specifies what political measurements are necessary for the regional integration, in a bid to redefine the Sub-continental insertion in the world market.

CyE

Año IV
Nº 8
Segundo
Semestre
2012

Carlos Eduardo Martins

Doctor en Sociología (USP). Maestría en Administración Pública (FGU/ EBAPE), investigador del Laboratorio de Políticas Públicas (LPP) y de la Cátedra y Red UNESCO-UNU sobre Globalización y Desarrollo sustentable (REGGEN). Miembro de los Grupos de Trabajo Estudios sobre Estados Unidos y Globalización; Economía Mundial y Economías Nacionales de CLACSO, profesor de Relaciones Internacionales de la Universidad Estación de Sá (UNESA-Río de Janeiro).

PhD in Sociology (USP). Magister in Public Administration (FGU/EBAPE), researcher at the Public Policies Lab (LPP), and at the Global Economy and Sustainable Development (REGGEN), programme and network course of the United Nations University-UNESCO. Member of the working groups: Studies on United States and Globalization; Global Economy and National Economies at CLACSO; professor of International Relations at the Estación de Sá University (UNESA-Rio de Janeiro).

Palabras clave

1| Economía mundial 2| Integración regional 3| Neoliberalismo 4| Desarrollismo
5| Nacionalismo revolucionario

Keywords

1| World economy 2| Regional integration 3| Neoliberalism 4| Developmentalism
5| Revolutionary nationalism

Cómo citar este artículo [Norma ISO 690]

MARTINS, Carlos Eduardo. Tendências da economia mundial e perspectivas da América Latina. *Crítica y Emancipación*, (8): 39-46, segundo semestre de 2012.

Tendências da economia mundial e perspectivas da América Latina

CyE
Año IV
Nº 8
Segundo
Semestre
2012

Ao contrário do que colocam muitos analistas, a economia mundial vem vivenciando um período de crescimento de longo prazo desde 1994, pontuado por crises curtas, mas profundas e importantes, como as de 1998, 2001 e principalmente a de 2008-2009. Entretanto, este período de crescimento traz profundas modificações que lentamente vão se estabelecendo no mundo contemporâneo:

- a| O deslocamento do eixo de crescimento econômico do capitalismo anglo-saxão, da Europa Ocidental e das potências marítimas para o Leste asiático e para os *hinterlands*, potências territoriais de dimensão continental/regional. Entre os *hinterlands*, destaca-se a China, como o maior e mais antigo da história da humanidade.
- b| O deslocamento da unipolaridade para multipolaridade como tendência mais dinâmica das relações internacionais contemporâneas, o que abre o espaço para o regionalismo como um dos fundamentos da reorganização multipolar da economia mundial e de sua divisão internacional do trabalho. Torna-se cada vez mais evidente a falácia que foi a pretensão de organizar a economia mundial, desde 1980, sob a unipolaridade do poder estadunidense, pautada no uso de seu Estado para o controle dos fluxos de capitais e dissuasão de conflitos internacionais e autonomias nacionais. O resultado deste projeto tem sido o brutal endividamento público e a escalada dos déficits comerciais e em conta corrente dos Estados Unidos. O aprofundamento estrutural desta dívida e destes déficits a cada década, isto é, de seu peso relativo no PIB estadunidense, limita a autonomia financeira e militar deste país, debilitando seu poder independente de coerção e o dólar como moeda mundial.

- c| A crise do neoliberalismo como fundamento ideológico da hegemonia estadunidense e das velhas potências ocidentais. O neoliberalismo teve por objetivo central desmontar a economia política do pleno emprego e sua pressão negativa sobre a taxa de lucro a partir do fim dos anos 1960. Isto ganhou ainda mais importância com as mudanças no perfil da força de trabalho e do emprego trazidas com a mundialização da revolução científico-técnica, que lhes vem agregando dimensões cada vez mais intensivas em conhecimento, impulsionando para acima o valor da força de trabalho. Trata-se de não pagar parte do valor da força de trabalho em ascensão e para isso retira-se parte do investimento do ciclo produtivo do capital deslocando-o para o setor financeiro. Cria-se um mercado financeiro lastreado em títulos da dívida pública ou, em títulos privados, respaldados em última instância pelo monopólio da violência estatal que lhes absorve os créditos podres, pretendendo-lhes conferir liquidez, em função de supostos riscos sistêmicos. O resultado tem sido altos níveis de desemprego estrutural –particularmente entre os jovens–, superexploração do trabalho, aumento da desigualdade, baixas taxas de investimento, queda nas taxas de crescimento econômico, parasitismo e perda de dinamismo produtivo internacional.
- d| A crise da divisão internacional do trabalho estabelecida pelo capitalismo histórico em seus 500 anos de existência. A finaceirização é insuficiente para responder ao desenvolvimento da revolução científico-técnica e coloca em cheque a apropriação e hierarquização internacional de novas etapas das forças produtivas pelas potências ocidentais e os Estados Unidos. A pressão competitiva leva à busca de força de trabalho qualificada e barata, abrindo o espaço para o deslocamento de parte do capital que não retorna ao ciclo produtivo nos países centrais, aos países da periferia que são capazes de oferecê-la. Mas para isto, estes devem romper com as relações de dependência e a superexploração de trabalho que lhe corresponde, o que lhes impede o aumentar o valor da força de trabalho –principal fundamento da produtividade da economia contemporânea– a níveis internacionalmente competitivos.
- e| O crescimento da intervenção do Estado que vai se tornando século XXI o principal ator da economia mundial,

tendendo a representar mais da metade do PIB mundial. Este crescimento se faz, nos polos decadentes da economia mundial, para atender ao deslocamento estrutural do capital do circuito produtivo ao financeiro; ou para resgatar a predominância do circuito produtivo sobre o financeiro da acumulação, mediante forte atuação e expansão das empresas públicas, nos polos emergentes da mesma. O Estado ainda é pressionado a expandir seus gastos pelas demandas sociais emanadas da reivindicação ao direito público à saúde, educação, seguridade e lazer. Nos polos decadentes

A partir da crise econômica que se inicia na região em 1998 e se prolonga até 2003 surgem novas forças sociais na região que buscam enfrentar o legado neoliberal de duas formas: radicalmente ou gradualmente.

da economia mundial, as altas somas comprometidas com a expansão da dívida pública ou com o pagamento de juros restringem os gastos sociais e buscam financiá-los pelo aumento da tributação incidente sobre seus beneficiários; nos polos emergentes da economia mundial abre-se o espaço para articulação virtuosa entre expansão do Estado, gasto social e crescimento econômico.

Surge, portanto, uma janela de oportunidade para a América Latina, mas o seu aproveitamento exige o enfrentamento do legado neoliberal. Os efeitos do projeto neoliberal na América Latina foram drásticos: desnacionalização, desindustrialização, aprofundamento da condição periférica, aumento da pobreza e da precarização do trabalho, autoritarismo e instabilidade política, crise cambial e do balanço de pagamentos. A partir da crise econômica que se inicia na região em 1998 e se prolonga até 2003 surgem novas forças sociais na região que buscam enfrentar o legado neoliberal de duas formas: radicalmente ou gradualmente. Isto deu lugar, no primeiro caso, ao ressurgimento do nacionalismo revolucionário que assume a integração regional como parte central de seu projeto e que tem diversos matizes conforme a relação e o grau de autonomia entre os seus dirigentes políticos, a burocracia

estatal e os movimentos populares. Este projeto tem sua manifestação mais radical na Venezuela de Chavez, na Bolívia de Evo Morales, no Equador de Rafael Correa, mas também se expressa de forma mais moderada na Argentina dos Kirchner e alcançou sua dimensão mais tímida e frágil no Paraguai de Lugo.

Trata-se de restabelecer o papel do Estado na organização de economia por meio da nacionalização dos recursos naturais estratégicos ou do aumento significativo da renda mineira ou da terra e sua apropriação pública, reduzindo os lucros do grande capital estrangeiro ou privado; da nacionalização ou forte presença reguladora em serviços essenciais como eletricidade, água, telecomunicações e infra-estrutura; da criação de uma arquitetura financeira e empresarial e de políticas públicas voltada para o estabelecimento de altas taxas de investimento direcionadas à expansão do mercado interno, à redução de assimetrias, desigualdade e pobreza e à elevação do valor da força de trabalho, mediante o aumento do salário direto e indireto (educação, saúde, seguridade, transporte e infra-estrutura públicos). Isto requer altas escalas produtivas, utilização de recursos públicos, criação de banco e fundo regionais, forte atuação das empresas estatais e criação de mecanismos de democracia participativa. Tais processos se afirmam na organização da ALBA; na proposição de uma UNASUL solidária e cooperativa; num Banco do Sul que utilize recursos públicos proporcionais ao peso econômico de cada Estado e opere de forma distinta que os bancos privados para concessão de créditos e financiamentos a dimensões deprimidas dos mercados regionais; na regulação democrática dos meios de comunicação de massa; e nos processos constituintes populares que têm permitido avanços constitucionais e nas formas de governo em Venezuela, Bolívia e Equador.

No segundo caso, se impõe um enfoque gradualista que conserva parte da economia política neoliberal, ainda que busque matizá-la através de políticas sociais e da política externa. O principal caso na região é o Brasil de Lula e Dilma. Mantém taxas de juros acima do crescimento do PIB, ainda que as tenha diminuído lentamente, utilizando para isso o enfoque macroeconômico anticíclico nos períodos de crise; mantém uma política fiscal restritiva que gera significativos superávits primários e transfere seus excedentes ao setor financeiro, restringindo o alcance das políticas sociais ou de desenvolvimento, resultando em conflitos com setores expressivos dos funcionalismos públicos; e mantém ainda taxas de câmbio flutuantes que levam à sobrevalorização do real nos períodos de ingresso de capitais estrangeiros no país, debilitando a indústria e as cadeias produtivas de maior valor agregado. No plano internacional, joga um papel

centrista no que tange à região, buscando atuar como intermediário entre o alinhamento aos Estados Unidos, praticado pelos neoliberais –expresso no México panista, na Colômbia de Santos e no Chile de Piñeda– e o anti-imperialismo do nacionalismo revolucionário. Abre espaços ainda para a multipolaridade diversificando o comércio exterior e somando-se aos BRIC, que lentamente vai aprofundando seu nível de articulação institucional e ensaiando alternativas financeiras por dentro e por fora dos organismos internacionais controlados pelas potências ocidentais –como FMI e Banco Mundial– e ao padrão monetário ancorado no dólar.

A política externa constitui o elemento mais progressista do Estado brasileiro e se contrapõe às tendências subimperialistas, ancoradas principalmente no BNDES e nas grandes empresas e banco estatais, ou neoliberais, assentadas no Banco Central e no comando das políticas monetária e cambial. Por diversas vezes impôs derrotas às resistências de segmentos da burocracia estatal às demandas dos governos nacionalistas, como nos casos da nacionalização e renegociação dos preços do gás boliviano e da revisão dos termos do Tratado de Assunção. Todavia, sua força no governo brasileiro é insuficiente para impulsionar uma aproximação maior ao projeto de integração regional oriundo do nacionalismo radical. Um caso típico é o do Banco do Sul, onde as pressões brasileiras limitam sua atuação como banco capaz de operar para reduzir assimetrias e desigualdades. Se o Brasil, aceita o sistema de um país um voto, o qualifica –exigindo o apoio de 70% do capital subscrito para aprovar empreendimentos de maior porte, isto é, acima de US\$ 70 milhões–, e por outro lado contribui para a sua capitalização com recursos proporcionalmente muito inferiores ao de países vizinhos, além de exigir que o banco funcione segundo os critérios de rentabilidade dos bancos privados, captando recursos no mercado financeiro. Tal postura debilita enormemente a possibilidade de construção de uma arquitetura financeira solidária que priorize o desenvolvimento do mercado regional como instrumento indispensável para a construção de um dos centros de acumulação sustentável num mundo com fortes tendências estruturais para a multipolaridade.

A construção de um processo de integração regional capaz de impulsionar a inserção internacional soberana da região exige:

- a) A elevação das taxas de investimento da região e a sua orientação para infraestrutura, saúde, educação, habitação, ciência e tecnologia, lazer, erradicação da pobreza e diminuição dos níveis dos altos níveis de desigualdade social;

- b| a organização de um arranjo produtivo e financeiro centrado na forte participação das empresas e bancos estatais. As empresas estatais são historicamente as grandes investidoras em infraestrutura da região e podem ser um potente instrumento contra os processos de financeirização do capital, investindo os excedentes econômicos no setor produtivo. São ainda chaves para a construção de um poderoso sistema de inovação da região, uma vez que as empresas multinacionais concentram quase 90% de seus investimentos em P&D em suas matrizes. Para isso devem se articular em nível continental potencializando suas escalas produtivas;
- c| a nacionalização dos recursos nacionais estratégicos como instrumento de elevação da renda mineira para incrementar os ingressos obtidos no mercado internacional, reverter a deterioração dos termos das trocas e promover recursos para o desenvolvimento social, ciência e tecnologia. Tal processo constitui elemento crucial para evitar um processo de desenvolvimento extrativista e fortemente deletério para o meio ambiente; e
- d| a elaboração de uma nova arquitetura financeira regional baseada em bancos públicos de desenvolvimento, com critérios de alocação de recursos solidários e distintos à rentabilidade privada; num fundo regional de estabilização de nossas economias que propiciem uma alternativa aos organismos internacionais tradicionais; e no estabelecimento de uma moeda regional de transações que configure uma alternativa ao dólar e esteja baseada numa cesta de moedas nacionais que não retire destes estados sua autonomia na política cambial.